



ERIC HOBSBAWM

ERA DOS EXTREMOS

O breve século XX
1914-1991

COMPANHIA DAS LETRAS

Eric Hobsbawm

Era dos extremos

O breve século XX

1914-1991

Tradução:
Marcos Santarrita

Revisão técnica:
Maria Célia Paoli

2ª edição



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1994 by Eric Hobsbawm
*Esta tradução é publicada por acordo com Pantheon Books,
uma divisão da Random House, Inc.*

Título original:
Age of extremes
The short twentieth century: 1914-1991

Capa:
Hélio de Almeida

Preparação:
*Stella Weiss, Maria Laura Santos Bacellar,
Marcos Luiz Fernandes,
Sylvia Maria Pereira dos Santos*

Revisão:
Carmen S. da Costa
Touché! Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917-

Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Título original: *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991.*

Bibliografia.

ISBN 85-7164-468-3

1. Civilização moderna — Século 20 — História I. Título.

95-2689

CDD-909.82

Índices para catálogo sistemático:

1. Civilização mundial: Século 20: História 909.82
2. Século 20: Civilização mundial: História 909.82

[1997]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
www.companhiadasletras.com.br

O SÉCULO: VISTA AÉREA

Olhar panorâmico

DOZE PESSOAS VÊM O SÉCULO XX

Isaiah Berlin (filósofo, Grã-Bretanha): “Vivi a maior parte do século XX, devo acrescentar que não sofri provações pessoais. Lembro-o apenas como o século mais terrível da história”.

Julio Caro Baroja (antropólogo, Espanha): “Há uma contradição patente entre a experiência de nossa própria vida — infância, juventude e velhice passadas tranqüilamente e sem maiores aventuras — e os fatos do século XX... os terríveis acontecimentos por que passou a humanidade”.

Primo Levi (escritor, Itália): “Nós, que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. Esta é uma idéia incômoda que passei aos poucos a aceitar, ao ler o que outros sobreviventes escreveram — inclusive eu mesmo, quando releio meus textos após alguns anos. Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anômala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras”.

René Dumont (agrônomo, ecologista, França): “Vejo-o apenas como um século de massacres e guerras”.

Rita Levi Montalcini (Prêmio Nobel, ciência, Itália): “Apesar de tudo, neste século houve revoluções para melhor [...] o surgimento do Quarto Estado e a emergência da mulher, após séculos de repressão”.

William Golding (Prêmio Nobel, escritor, Grã-Bretanha): “Não posso deixar de pensar que este foi o século mais violento da história humana”.

Ernst Gombrich (historiador da arte, Grã-Bretanha): “A principal característica do século XX é a terrível multiplicação da população do mundo. É um catástrofe, uma tragédia. Não sabemos o que fazer a respeito”.

Yehudi Menuhin (músico, Grã-Bretanha): “Se eu tivesse de resumir o século XX, diria que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e destruiu todas as ilusões e ideais”.

Severo Ochoa (Prêmio Nobel, ciência, Espanha): “O mais fundamental é o progresso da ciência, que tem sido realmente extraordinário [...] Eis o que caracteriza nosso século”.

Raymond Firth (antropólogo, Grã-Bretanha): “Tecnologicamente, coloco o desenvolvimento da eletrônica entre os fatos mais significativos do século XX; em termos de idéias, destaco a passagem de uma visão relativamente racional e científica das coisas para outra não racional e menos científica”.

Leo Valiani (historiador, Itália): “Nosso século demonstra que a vitória dos ideais de justiça e igualdade é sempre efêmera, mas também que, se conseguimos manter a liberdade, sempre é possível recomeçar [...] Não há por que desesperar, mesmo nas situações mais desesperadas”.

Franco Venturini (historiador, Itália): “Os historiadores não têm como responder a essa pergunta. Para mim, o século XX é apenas o esforço sempre renovado de entendê-lo”.

(Agosti & Borgese, 1992, pp. 42, 210, 154, 76, 4, 8, 204, 2, 62, 80, 140 e 160)

I

Em 28 de junho de 1992 o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada e inesperada em Sarajevo, que já era o centro de uma guerra balcânica que iria custar cerca de 150 mil vidas no decorrer daquele ano. Seu objetivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. E, de fato, foi muito observada e admirada a presença do conhecido estadista — idoso e visivelmente frágil sob o fogo das armas portáteis e da artilharia. Um aspecto da visita de Mitterrand, contudo, embora claramente fundamental, passou despercebido: a data. Por que o presidente da França escolhera aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de junho era o aniversário do assassinato, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria, ato que em poucas semanas levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Para qualquer europeu culto da geração de Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo. Que melhor maneira de dramatizar as implicações potenciais da crise bósnia que escolhendo uma data assim tão simbólica? Mas quase ninguém captou a alusão, exceto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva.

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do

mundo, e particularmente todos os ministérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido.

Contudo, não é propósito deste livro contar a história da época de que trata, o Breve Século XX entre 1914 e 1991, embora todo aquele que já tenha ouvido um estudante americano inteligente perguntar-lhe se o fato de falar em “Segunda Guerra Mundial” significa que houve uma “Primeira Guerra Mundial” saiba muito bem que nem sequer o conhecimento de fatos básicos do século pode ser dado por certo. Meu objetivo é compreender e explicar *por que* as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem a outra era, por exemplo os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem até a Guerra do Vietnã é pré-história.

Para os historiadores de minha geração e origem o passado é indestrutível, não apenas porque pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (a estação Wilson na Praga de antes da guerra, a estação de metrô Stalingrado em Paris), em que os tratados de paz ainda eram assinados e portanto tinham de ser identificados (Tratado de Versalhes) e os memoriais de guerra lembravam acontecimentos passados, como também porque os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho.

Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independentemente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma. O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, por exemplo na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, “capitalismo” e “socialismo” como alternativas mutuamente excludentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante. Agora já deve estar ficando evidente que essa oposição era uma construção arbitrária e em certa medida artificial, que só pode ser entendida como parte de determinado contexto histórico. E no entanto mesmo hoje, quando escrevo, não é fácil considerar, inclusive retrospectivamente,

princípios de classificação mais realistas que aquela que reunia EUA, Japão, Suécia, Brasil, República Federal da Alemanha e Coréia do Sul num mesmo escaninho e as economias e sistemas de Estado da região soviética que desmoronaram depois da década de 1980 no mesmo compartimento em que estavam as do Oriente e do Sudeste Asiático, que, como se constata, não desmoronaram.

Mesmo o mundo que sobreviveu ao fim da Revolução de Outubro é um mundo cujas instituições e crenças foram moldadas pelos que pertenciam ao lado vencedor da Segunda Guerra Mundial. Os que estavam do lado perdedor ou a ele se associavam não apenas ficaram em silêncio ou foram silenciados, como foram praticamente riscados da história e da vida intelectual, investidos do papel de “o inimigo” no drama moral de Bem *versus* Mal. (É possível que o mesmo esteja acontecendo hoje com os perdedores da Guerra Fria da segunda metade do século, embora talvez não na mesma medida, nem por tanto tempo.) Esse é um dos preços que se paga por viver num século de guerras religiosas, que têm na intolerância sua principal característica. Mesmo os que propalavam o pluralismo de suas não-ideologias acreditaram que o mundo não era grande o bastante para uma coexistência permanente com religiões seculares rivais. Confrontos religiosos ou ideológicos como os que povoaram este século erguem barricadas no caminho do historiador. A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. As primeiras são fáceis de superar, pois não há verdade no conhecido mas enganoso dito francês *tout comprendre c'est tout pardonner* (tudo compreender é tudo perdoar). Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender.

II

Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos. As únicas corridas de cavalos que esses historiadores podem pretender relatar e analisar são as já ganhas ou perdidas. Seja como for, nos últimos trinta ou quarenta anos o desempenho dos adivinhos, fossem quais fossem suas qualificações profissionais como profetas, mostrou-se tão espetacularmente ruim que só governos e institutos de pesquisa econômica ainda têm, ou dizem ter, maior confiança nele. É possível mesmo que depois da Segunda Guerra Mundial esse desempenho tenha piorado.

Neste livro, a estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim de foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise — e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle*. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do “Fim da História”, haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.

O roteiro deste livro segue esse preceito. Ele começa com a Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial.^[1]

Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e, após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. Toda a história do imperialismo moderno, tão firme e autoconfiante quando da morte da rainha Vitória, da Grã-Bretanha, não durara mais que o tempo de uma vida humana — digamos, a de Winston Churchill (1874-1965).

Mais ainda: uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável do capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, pareceram próximos do colapso. Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália.

Enquanto isso, avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários.

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras, esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo — sobretudo as décadas de 1930 e 1940 constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é um momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século — com exceção do breve período de antifascismo — ocuparam posições de antagonismo inconciliável. A vitória da União Soviética sobre Hitler foi uma realização do regime lá instalado pela Revolução de Outubro, como demonstra uma comparação do desempenho da economia russa czarista na Primeira Guerra Mundial com a economia soviética na Segunda Guerra (Gatrell & Harrison, 1993). Sem isso, o mundo hoje (com exceção dos EUA) provavelmente seria um conjunto de variações sobre temas autoritários e fascistas, mais que de variações sobre temas parlamentares liberais. Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo — o medo — para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma.

Contudo, mesmo tendo sobrevivido — por pouco — ao triplo desafio da depressão, do fascismo e da guerra, o capitalismo ainda parecia enfrentar o avanço global da revolução, que só podia arregimentar-se em torno da URSS, egressa da Segunda Guerra Mundial como superpotência.

E no entanto, como agora podemos ver retrospectivamente, a força do desafio socialista global ao capitalismo era a da fraqueza de seu adversário. Sem o colapso da sociedade burguesa do século XIX na Era da Catástrofe, não teria havido Revolução de Outubro nem URSS. O sistema econômico improvisado na arruinada casca eurásiana rural do antigo império czarista sob o nome de socialismo não se teria acreditado — nem teria sido considerado — uma alternativa global realista para a economia capitalista. A Grande Depressão de 1930 criou essa impressão, pois foi o desafio do fascismo que fez da URSS o instrumento indispensável para a derrota de Hitler e, em consequência, uma das duas superpotências cujos confrontos dominaram e aterrorizaram a segunda metade do Breve Século XX, estabilizando, ao mesmo tempo, em muitos aspectos — como hoje podemos ver —, sua estrutura política. A URSS não teria estado durante uma década e meia, em meados do século, à testa de um “campo socialista” que compreendia um terço da raça humana, com uma economia que por um breve instante pareceu capaz de sobrepujar o crescimento econômico capitalista.

Como e por que o capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, viu-se, para surpresa de todos, inclusive dele próprio, saltar para a Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedentes e possivelmente anômalo? Eis, talvez, a questão central para os historiadores do século XX. Ainda não se chegou a um consenso e não tenho a pretensão de oferecer uma resposta persuasiva. Talvez seja preciso esperar que toda a “longa onda” da segunda metade do século XX possa ser vista em perspectiva para que surja uma análise mais convincente, mas, embora hoje possamos ver a Era de Ouro, retrospectivamente, como um todo, no momento em que

escrevo as Décadas de Crise que o mundo viveu desde então ainda não estão completas. Contudo, já podemos avaliar com muita confiança a escala e o impacto extraordinários da transformação econômica, social e cultural decorrente, a maior, mais rápida e mais fundamental da história registrada. Vários aspectos dessa transformação serão discutidos na segunda parte deste livro. É provável que no terceiro milênio os historiadores do século XX situem o grande impacto do século na história como sendo o desse espantoso período e de seus resultados. Porque as mudanças dele decorrentes para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis. E ainda estão ocorrendo. Os jornalistas e ensaístas filosóficos que detectaram o “fim da história” na queda do império soviético estavam errados. O argumento é melhor quando se afirma que o terceiro quartel do século assinalou o fim dos sete ou oito milênios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos.

Diante disso, é provável que a história do confronto entre “capitalismo” e “socialismo”, com ou sem a intervenção de Estados e governos como os EUA e a URSS pretendendo representar um ou outro, pareça de interesse histórico mais limitado — comparável, a longo prazo, às guerras religiosas dos séculos XV e XVII ou às Cruzadas. Para os que viveram um pedaço qualquer do Breve Século XX, é natural que capitalismo e socialismo pareçam enormes, e assim o são neste livro, escrito por um escritor do século XX, para leitores de fins do século XX. As revoluções sociais, a Guerra Fria, a natureza, limitações e falhas fatais do “socialismo realmente existente” e seu colapso são discutidas à exaustão. Mesmo assim, convém lembrar que o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização de países agrários atrasados. Na verdade, nesse aspecto suas grandes realizações coincidiram com a Era de Ouro capitalista. As estratégias rivais para sepultar o mundo de nossos antepassados foram eficazes? Foram, inclusive, conscientes? Eis algo que não precisamos examinar aqui. Como veremos, até o início da década de 1960 elas pareciam no mínimo emparelhadas, visão que parece absurda à luz do colapso do socialismo soviético, embora um primeiro-ministro britânico, em conversa com um presidente americano, ainda pudesse considerar a URSS um Estado cuja “exuberante economia [...] em breve ultrapassará a sociedade capitalista na corrida pela riqueza material” (Horne, 1989, p. 303). Contudo, o importante é notar, simplesmente, que na década de 1980 a Bulgária socialista e o Equador não socialista tinham mais em comum entre si que com a Bulgária e o Equador de 1939.

Embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes conseqüências, por enquanto impossíveis de calcular por inteiro, mas basicamente negativas, fossem o incidente mais dramático das Décadas de Crise que se seguiram à Era de Ouro, essas iriam ser décadas de crise *universal* ou global. A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem suas configurações políticas, sociais e econômicas, porque pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (“transnacionalmente”) e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado. Em decorrência, as idéias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas. No início havia a esperança de que os problemas da década de 1970 fossem uma pausa temporária no *Grande Salto Avante* da

economia mundial, e países de todos os tipos e modelos econômicos e políticos buscaram soluções temporárias. Porém foi ficando cada vez mais claro que se tratava de uma era de problemas de longo prazo, para os quais os países capitalistas buscaram soluções radicais, muitas vezes ouvindo teólogos seculares do livre mercado irrestrito, que rejeitavam as políticas que tão bem haviam servido à economia mundial durante a Era de Ouro e que agora pareciam estar falhando. Os fanáticos do *laissez-faire* tiveram tanto êxito quanto os demais. Na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. Os países socialistas, agora com suas economias desabando, vulneráveis, foram impelidos a realizar rupturas igualmente — ou até mais — radicais com seu passado e, como sabemos, rumaram para o colapso. Esse colapso pode assinalar o fim do Breve Século XX, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início. Nesse ponto minha história chega ao fim.

Chega ao fim — como todo livro concluído no início da década de 1990 — com um olhar para a escuridão. O colapso de uma parte do mundo revelou o mal-estar do resto. À medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido econômico, mas também no político. O colapso dos regimes comunistas entre Istria e Vladivostok não apenas produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos. Além disso, esse colapso revelou a precariedade dos sistemas políticos internos apoiados essencialmente em tal estabilidade. As tensões das economias em dificuldades minaram os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, que desde a Segunda Guerra Mundial vinham funcionando tão bem nos países capitalistas, assim como minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. As próprias unidades básicas da política, os “Estados-nação” territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas, alguns dos quais — tal é a ironia da história — exigiram para si o *status* anacrônico e irreal de “Estados-nação” em miniatura. O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século, patente.

Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais era a crise social e moral, refletindo as transformações pós-década de 1950 na vida humana, que também encontraram expressão generalizada, embora confusa, nessas Décadas de Crise. Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo e que tornaram possível a breve mas decisiva aliança dos dois contra o fascismo, que as rejeitava. Um observador conservador alemão, Michael Stürmer, disse corretamente, em 1993, que as crenças do Oriente e do Ocidente estavam em questão:

Há um estranho paralelismo entre Oriente e Ocidente. No Oriente, a doutrina de Estado

insistia em que a humanidade era dona de seu destino. Contudo, mesmo nós acreditávamos numa versão menos oficial e extrema do mesmo *slogan*: a humanidade estava para tornar-se dona de seus destinos. A pretensão de onipotência desapareceu absolutamente no Oriente, e só relativamente *chez nous* — mas os dois lados naufragaram. (De Bergdorf, 98, p. 95)

Paradoxalmente, uma era cuja única pretensão de benefícios para a humanidade se assentava nos enormes triunfos de um progresso material apoiado na ciência e tecnologia encerrou-se numa rejeição destas por grupos substanciais da opinião pública e pessoas que se pretendiam pensadoras do Ocidente.

Contudo, a crise moral não dizia respeito apenas aos supostos da civilização moderna, mas também às estruturas históricas das relações humanas que a sociedade moderna herdara de um passado pré-industrial e pré-capitalista e que, agora vemos, haviam possibilitado seu funcionamento. Não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas. Os estranhos apelos em favor de uma “sociedade civil” não especificada, de uma “comunidade”, eram as vozes de gerações perdidas e à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tornado frases insípidas. Não restava outra maneira de definir identidade de grupo senão definir os que nele não estavam.

Para o poeta T. S. Eliot, “é assim que o mundo acaba — não com uma explosão, mas com uma lamúria”. O Breve Século XX se acabou com os dois.

III

Como comparar o mundo da década de 1990 ao mundo de 1914? Nele viviam 5 ou 6 bilhões de seres humanos, talvez três vezes mais que na eclosão da Primeira Guerra Mundial, e isso embora no Breve Século XX mais homens tivessem sido mortos ou abandonados à morte por decisão humana que jamais antes na história. Uma estimativa recente das “megamortes” do século menciona 187 milhões (Brzezinski, 1993), o equivalente a mais de um em dez da população mundial total de 1900. Na década de 1990 a maioria das pessoas era mais alta e pesada que seus pais, mais bem alimentada e muito mais longeva, embora talvez as catástrofes das décadas de 1980 e 1990 na África, na América Latina e na ex-URSS tornem difícil acreditar nisso. O mundo estava incomparavelmente mais rico que jamais em sua capacidade de produzir bens e serviços e na interminável variedade destes. Não fora assim, não teria conseguido manter uma população global muitas vezes maior que jamais antes na história do mundo. Até a década de 1980 a maioria das pessoas vivia melhor que seus pais e, nas economias avançadas, melhor que algum dia tinha esperado viver, ou mesmo imaginado possível viver. Durante algumas décadas, em meados do século, chegou a parecer que se haviam descoberto maneiras de distribuir pelo menos parte dessa enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países mais ricos, mas no fim do século a desigualdade voltava a prevalecer e também entrava maciçamente nos ex-países “socialistas”, onde antes imperava uma certa igualdade de pobreza. A humanidade era muito mais culta que

em 1914. Na verdade, talvez pela primeira vez na história a maioria dos seres humanos podia ser descrita como alfabetizada, pelo menos nas estatísticas oficiais, embora o significado dessa conquista estivesse muito menos claro no final do século do que teria estado em 1914, em vista do fosso enorme — talvez crescente — entre o mínimo de competência oficialmente aceito como alfabetização, muitas vezes descrito como “analfabetismo funcional”, e o domínio da leitura e da escrita ainda esperado nas camadas de elite.

O mundo estava repleto de uma tecnologia revolucionária em avanço constante, baseada em triunfos da ciência natural previsíveis em 1914 mas que na época mal haviam começado e cuja conseqüência política mais impressionante talvez fosse a revolução nos transportes e nas comunicações, que praticamente anulou o tempo e a distância. Era um mundo que podia levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores em 1914. Ele dava condições às pessoas de se falarem entre si cruzando oceanos e continentes; ao toque de alguns botões e, para quase todas as questões práticas, abolia as vantagens culturais da cidade sobre o campo.

Por que, então, o século terminara não com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação? Por que, como mostram as epígrafes deste capítulo, tantos cérebros pensantes o vêem em retrospecto sem satisfação, e com certeza sem confiança no futuro? Não apenas porque sem dúvida ele foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, freqüência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. Ao contrário do “longo século XIX”, que pareceu, e na verdade foi, um período de progresso material, intelectual e *moral* quase ininterrupto, quer dizer, de melhoria nas condições de vida civilizada, houve, a partir de 1914, uma acentuada regressão dos padrões então tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média e que todos acreditavam piamente estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população.

Visto que este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis, não é fácil apreender a extensão do regresso, por desgraça cada vez mais rápido, ao que nossos ancestrais do século XIX teriam chamado padrões de barbarismo. Esquecemos que o velho revolucionário Friedrich Engels ficou horrorizado com a explosão de uma bomba republicana irlandesa em Westminster Hall — porque, como velho soldado, afirmava que a guerra se travava contra combatentes e não contra não-combatentes. Esquecemos que os *pogroms* na Rússia czarista, que, com justiça, indignaram a opinião pública e impeliram milhões de judeus russos para o outro lado do Atlântico entre 1881 e 1914, eram pequenos, quase insignificantes, pelos padrões de massacre modernos: os mortos contavam-se às dezenas, não às centenas, e jamais aos milhões. Esquecemos que no passado uma convenção internacional estabeleceu que as hostilidades da guerra “não devem começar sem aviso prévio e explícito, sob a forma de uma arrazoada declaração de guerra ou de um *ultimatum* com declaração de guerra condicional”, pois quando foi mesmo a última guerra iniciada com tal declaração explícita ou implícita? Ou que acabou com um tratado de paz formal negociado entre os Estados beligerantes? Durante o século XX as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra a economia e a infra-estrutura de Estados e contra suas populações civis. Desde a Primeira

Guerra Mundial, o número de baixas civis na guerra tem sido muito maior que as militares em todos os países beligerantes, com exceção dos EUA. Quantos de nós recordam que em 1914 se tinha por certo que

A guerra civilizada, diz-nos o manual escolar, limita-se, até onde possível, à incapacitação das Forças Armadas do inimigo; não fosse assim, a guerra continuaria até o extermínio de uma das partes. “Há boas razões [...] para que essa prática se tornasse um costume nos países da Europa.” (*Encyclopedia Britannica*, XI ed., 1911, arte: Guerra.)

Não é que ignoremos o ressurgimento da tortura, ou mesmo do assassinato, como parte normal das operações de segurança pública nos Estados modernos, mas é provável que não avaliemos com precisão a dramática reviravolta implícita, considerando-se a longa era de desenvolvimento jurídico, desde a primeira abolição formal da tortura num país ocidental, na década de 1880, até 1914.

E no entanto não podemos comparar o mundo do final do Breve Século XX ao mundo de seu início, em termos da contabilidade histórica de “mais” e “menos”. Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e “civilização ocidental” quando o século começou. Os europeus e seus descendentes estavam reduzidos de talvez um terço para no máximo um sexto da humanidade: uma minoria decrescente vivendo em países que mal reproduziam — quando reproduziam — suas populações, uma minoria cercada e, na maioria dos casos — com algumas brilhantes exceções, como os EUA até a década de 1990 —, erguendo barricadas contra a pressão da imigração das regiões pobres. As indústrias, em que a Europa fora pioneira, migravam para outras partes. Os países do outro lado dos oceanos, que outrora se voltavam para a Europa, agora se voltavam para outras partes. A Austrália, a Nova Zelândia e até mesmo os bi-ocênicos EUA, viam o futuro no Pacífico, seja lá qual for o significado exato disso.

As “grandes potências” de 1914, todas européias, haviam desaparecido, como a URSS, herdeira da Rússia czarista, ou sido reduzidas a um *status* regional ou provincial, com a possível exceção da Alemanha. O próprio esforço para criar uma “Comunidade Européia” supranacional única e inventar um senso de identidade européia a ela correspondente, substituindo as velhas lealdades a países e Estados históricos, demonstrava a profundidade desse declínio.

Seria essa uma mudança de grande significado, a não ser para os historiadores políticos? Talvez não, pois refletia apenas mudanças menores na configuração econômica, intelectual e cultural do mundo. Mesmo em 1914, os EUA já eram uma grande economia industrial, o grande pioneiro, modelo e força propulsora da produção em massa e da cultura de massa que conquistaram o globo durante o Breve Século XX, e, apesar de suas muitas peculiaridades, eram a extensão da Europa no além-mar, enquadrando-se no Velho Continente sob a denominação “civilização ocidental”. Quaisquer que fossem suas perspectivas futuras, os EUA da década de 1990 viam o “Século Americano” às suas costas, sua era de ascensão e triunfo. O conjunto dos países da industrialização do século XIX continuava sendo, de longe, a maior concentração de riqueza e poder econômico e científico-tecnológico do globo, além

daquele cujos povos tinham, de longe, o mais alto padrão de vida. No fim do século isso ainda compensava fartamente a desindustrialização e a mudança da produção para outros continentes. Nessa medida, a impressão de um velho mundo eurocêntrico ou “ocidental” em pleno declínio em superficial.

A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990 o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora a unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as “economias nacionais”, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. O estágio alcançado na década de 1990 na construção da “aldeia global” — expressão cunhada na década de 1960 (McLuhan, 1962) — não parecerá muito adiantado aos observadores de meados do século XXI, porém já havia transformado não apenas certas atividades econômicas e técnicas e as operações da ciência, como ainda importantes aspectos da vida privada, sobretudo devido à inimaginável aceleração das comunicações e dos transportes. Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. É curioso observar que o comportamento humano privado teve menos dificuldade para adaptar-se ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, às férias nas Seychelles e ao emprego transoceânico.

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominaram os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores deplorem suas conseqüências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do “socialismo real”.

Essa sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentros sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for), estava sempre implícita na teoria capitalista. Desde a Era da Revolução, observadores de todos os matizes ideológicos previram a conseqüente desintegração dos velhos laços sociais na prática e acompanharam seu desenvolvimento. É conhecido o eloqüente tributo do *Manifesto Comunista* ao papel revolucionário do capitalismo. (“A burguesia [...] despedaçou impiedosamente os diversos laços feudais que ligavam o homem a seus ‘superiores naturais’, e não deixou nenhum outro nexos entre homem e homem além do puro interesse próprio.”) Mas não foi exatamente assim que a nova e revolucionária sociedade capitalista funcionou na prática.

Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que o herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. Não há “enigma sociológico” na disposição da sociedade burguesa de introduzir “um individualismo radical na economia e [...] despedaçar todas as relações sociais ao fazê-lo” (isto é, sempre que atrapalhassem), temendo ao mesmo tempo o “individualismo experimental

radical” na cultura (ou no campo do comportamento e da moralidade) (Daniel Bell, 1976, p. 18). A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado — por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômica rebelião dos indivíduos.

Contudo, Marx e os outros profetas da desintegração dos velhos valores e relações sociais tinham razão. O capitalismo era uma força revolucionadora permanente e contínua. Claro que ela acabaria por desintegrar mesmo as partes do passado pré-capitalista que antes achava convenientes, ou até mesmo essenciais, para seu próprio desenvolvimento: acabaria serrando pelo menos um dos galhos em que se assentava. Isso vem acontecendo desde meados do século. Sob o impacto da extraordinária explosão econômica da Era de Ouro e depois, com suas conseqüentes mudanças sociais e culturais — a mais profunda revolução na sociedade desde a Idade da Pedra —, o galho começou a estalar e partir-se. No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem.

É a essa situação que uma parte da humanidade já deve acomodar-se no final do século; no novo milênio, outras deverão fazê-lo. Porém então, quem sabe, já seja possível ver melhor para onde vai a humanidade. Olhando para trás vemos a estrada que nos trouxe até aqui; foi o que tentei fazer neste livro. Não sabemos o que moldará o futuro, embora eu não tenha resistido à tentação de refletir sobre parte desses problemas, na medida em que eles surgem dos escombros do período que acaba de chegar ao fim. Esperemos que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável. O velho século não acabou bem.